



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo Direito à Cidade)

**Luta pelo direito à moradia: ocupação Nova Esperança –
Campo Magro – PR**

Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco¹
Mauricio Zadra Pacheco²

Resumo: A ocupação Nova Esperança, localizada no município de Campo Magro, emerge como um caso paradigmático pelo direito à moradia, desempenhando um papel significativo no debate acerca do direito à cidade, ressaltando a importância para a construção de uma sociedade equitativa e sustentável. Ocupação que teve início durante a agravamento econômico da Pandemia de Covid-19 e evidencia a urgente necessidade de políticas públicas de habitação para famílias em situação de vulnerabilidade. A metodologia adotada neste estudo foi fundamentada na pesquisa bibliográfica e documental, complementada pela análise de imagens de satélite para examinar a área da ocupação e acompanhar seu processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Ocupações, Luta pelo direito à moradia, Direito à cidade

Abstract: The Nova Esperança occupation, located in the municipality of Campo Magro, emerges as a paradigmatic case for the right to housing, playing a significant role in the debate about the right to the city, highlighting the importance of building an equitable and sustainable society. An occupation that began during the economic worsening of the Covid-19 Pandemic and highlights the urgent need for public housing policies for families in vulnerable situations. The methodology adopted in this study was based on bibliographic and documentary research, complemented by the analysis of satellite images to examine the occupation area and monitor its development process.

Keywords: occupancy, Fight for the housing right, Right to the city

¹ Geógrafa, Docente do curso de Geografia na Unicentro, doutora e mestre em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG) e Doutoranda em Geografia (UEPG). julianathaisa@hotmail.com.

² Docente, Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em Gestão do Território e doutor em Engenharia. mpacheco@uepg.br.



1. INTRODUÇÃO

Este artigo versa a problemática da habitação popular na região metropolitana de Curitiba no estado do Paraná, o objetivo é analisar o processo de ocupação do espaço pela Organização do Movimento Popular por Moradia (MPM) no município de Campo Magro, ocupação essa que se iniciou durante a crise sanitária do vírus Sars-CoV-2, causador da doença Covid-19.

O objeto de análise não poderia ser mais oportuno e emblemático para a reflexão sobre o direito à moradia, à cidade e à perspectiva de ocupações urbanas com o agravamento da crise financeira que no período da pandemia resultou em uma ocupação de 1.200 famílias em uma área pública, que estava abandonada a mais de uma década.

A questão da moradia sempre esteve em pauta e continuará, em 2020 a pandemia de COVID-19 levantou novamente a crise habitacional. O cenário pandêmico de COVID-19 colocou em xeque as cidades, a questão da moradia digna e o acesso a infraestrutura básica, expondo a crise urbana que compõe o cenário brasileiro e de muitos outros países, as cidades do mundo se viram obrigadas a enfrentar essa crise sanitária e humanitária.

O relatório da ONU (2020) “Plano de resposta à COVID-19 do ONU-Habitat” estima que mais de 1.430 cidades em 210 países foram afetadas pela crise sanitária e que, do total de casos, 95% foram registrados em áreas urbanas.

A luta pelo direito à moradia tem sido pauta no meio acadêmico e político em muitas comunidades, com ênfase em áreas urbanas onde o acesso a moradia digna é limitado. Em respostas aos problemas sociais, movimentos sociais urbanos em prol a moradia têm surgido, buscando maneiras de reivindicar o direito à moradia e a cidade, utilizando estratégias de ocupação de espaços vazios e/ou subutilizados, como terrenos ociosos, prédios e edifícios públicos desocupados por exemplo.

No entanto, devemos pontuar que as ocupações enfrentam diversos desafios e obstáculos, que incluem a oposição legal dos proprietários dos imóveis ocupados, ordens de despejo emitidas pelas autoridades, falta de infraestrutura básica.

A metodologia adotada neste estudo foi fundamentada na pesquisa bibliográfica e documental fornecendo o embasamento teórico que proporcionará uma reflexão acerca do processo de Ocupação Nova Esperança. As imagens foram obtidas através imagens de satélites utilizando o Google Earth, ao analisar a área da ocupação optou-se por identificar o espaço em três períodos diferentes: abril de 2020 período anterior a ocupação, novembro de 2020 início da instalação da ocupação e 2023 com o intuito de acompanhar o processo de desenvolvimento da ocupação, conforme podemos analisar na Figura 3 e na Figura 4.



2. DESENVOLVIMENTO

A rápida urbanização nas cidades brasileiras tem acarretado uma série de desafios urbanos, entre eles a precariedade habitacional, ônus excessivo com aluguel e a dificuldade de acesso à moradia adequada destinada a população de baixa renda.

Habitação é uma indiscutível necessidade básica de todo ser humano independente de credo, etnia, gênero, renda, idade etc. E, como qualquer bem de consumo privado, no capitalismo, ela é mercadoria. Mas uma mercadoria diferente das demais. Das necessidades indispensáveis à sobrevivência humana ela é a mercadoria mais cara da cesta de consumo privado (individual, familiar ou comunitário). E, desde sempre, a partir da sociedade industrial, mesmo antes da hegemonia financeira nas relações capitalistas, a habitação exige um capital destinado ao financiamento da produção (recursos vultosos e período longo de realização) e financiamento ao consumo (alto valor em relação aos salários). Uma das causas dessa complexidade deriva do fato da habitação estar vinculada ao solo, ou melhor, a um 'pedaço de cidade', no caso da moradia urbana (MARICATO, 2014, p. 7).

Esse processo em seu desenvolvimento acentua a distância para os mais vulneráveis, segregando socioespacialmente e de maneira acentuada e fragmentada, criando uma hierarquia nas periferias. Tem-se nesse modelo de reprodução capitalista-imobiliário-financeiro-estatista, a produção do espaço de moradia homogênea e novas práticas socioespaciais. (Volocho, 2018)

Para Rodrigues (2017) embora a moradia seja uma mercadoria, ela se diferencia das outras pelo não fracionamento, "Morar não é fracionável. Não se pode morar um dia e no outro não morar. Morar uma semana e na outra não morar". (Rodrigues, 2007, p. 14) A autora aponta que algumas estratégias de sobrevivência utilizadas não se aplicam a moradia, é possível pedir um prato de comida ou uma peça de roupa, mas não é possível pedir um pedaço de casa ou um quarto para dormir, que essas relações se restringem a parentesco/amizade ou pagamento pelo uso.

"Para morar é necessário ter capacidade de pagar por esta mercadoria não fracionável, que compreende a terra e a edificação, cujo preço depende também da localização em relação aos equipamentos coletivos e à infraestrutura existente". (Rodrigues, 2017, p. 14)

Por que essa questão é tão importante para refletirmos sobre moradia, política habitacional e direito à cidade? Mais do que nunca devemos compreender que a solução para os problemas urbanos deve emergir das próprias cidades. Se refletirmos, nessa mesma direção pode-se citar o protocolo de biossegurança e as medidas não farmacológicas para o enfrentamento que a crise sanitária previa: uso de máscara, lavagem frequente das mãos, uso de álcool em gel, distanciamento, isolamento de pessoas infectadas e o "fique em casa".



Como cumprir essas medidas em regiões com alto adensamento e falta de infraestrutura de saneamento? O Relatório apresentado pela ONU (2020) estima que 1 bilhão de pessoas vivem em assentamentos informais, moradia adensadas e inadequadas, outro dado alarmante que 2,4 bilhões de pessoas não possuem acesso a água e saneamento, resultando na rápida disseminação do vírus.

Segundo Trindade (2020) a pandemia ressaltou ainda mais as desigualdades estruturais da realidade da urbanização brasileira, para o autor, a organização urbana é desigual, perversa e caótica; no qual o Estado, setores empresariais e os ramos imobiliário e de transporte corroboraram a esse caos produzido. Considerando que a falta de planejamento urbano é frequentemente resultado do planejamento desses grupos.

A questão é que esse planejamento não tinha como objetivo atender primordialmente às demandas das classes populares, mas, sim, moldar a cidade de forma que alguns poucos grupos econômicos pudessem extrair lucros exorbitantes com tal modelo de crescimento urbano – pautado essencialmente pela lógica da especulação imobiliária. (Trindade, 2020)

Resultando em cidades segregadas, a especulação imobiliária gera vazios na malha urbanizada, áreas densamente habitadas e afastadas do centro, problemas do acesso ao transporte público, gerando impactos sociais, econômicos e ambientais. (Trindade, 2020)

Na análise de Trindade (2020) as condições de moradia se agravam com a Pandemia, tendo como exemplo os moradores de áreas irregulares periféricas ou centrais que já enfrentavam a infraestrutura precária, insegurança, despejos e o adensamento excessivo. Estima-se que 11,4 milhões de pessoas vivem em favelas no Brasil, o que para o autor está aquém da realidade.

O avanço da Covid-19 deixou bastante evidente os graves problemas enfrentados pelos moradores de favelas e das periferias no Brasil. A necessidade de isolamento social e de higienização constante por parte dos indivíduos despertou uma questão: como as pessoas que vivem em imóveis superlotados e em áreas que contam com uma infraestrutura urbana extremamente precária seguirão as recomendações oficiais sobre isolamento e higiene? A falta de água é uma constante na grande maioria das áreas periféricas e mesmo nas favelas mais próximas às áreas centrais. Aliado a isso, grande parte dessa população divide o mesmo imóvel com vários familiares – no sistema chamado de coabitação, o que inviabiliza a prática do isolamento no cotidiano. (Trindade, 2020)

Podemos observar a crise de moradia segundo dados do Observatório das Remoções (2022) na maior cidade brasileira, São Paulo e região metropolitana: no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2021, estima-se que 37.278 famílias foram removidas e que 223.767 famílias ameaçadas de remoção. Dessas ocupações 146 foram organizadas por movimentos sociais de moradia. Entre os motivos relacionados estão a reintegração de



posse (pública ou privada), área de proteção ambiental, obras públicas e área de risco, urbanização de favelas, PPP, faixa de domínio de rodovia. O Estado é proprietário de 71% das áreas ocupadas e que dos espaços ocupados 86% eram terrenos vazios e 14% com algum tipo de edificação.

Há inúmeras situações de desocupação de terrenos que denotam as experiências urbanas, tendo por gênese a relação conflituosa entre os trabalhadores e um grupo diminuto de proprietários detentores de grandes áreas dentro do perímetro urbano. Esse processo inclui sujeitos com interesses antagônicos que entram na disputa pelos seus objetivos. De um lado, apresentam-se os donos de terras e imóveis, as grandes construtoras e empreiteiras que representam o setor capitalista, visando garantir seus lucros e a acumulação do capital por meio de um mercado que atenda esses objetivos postos no contexto de financeirização. De outro, há os sem-teto, que, por meio da sua organização política, lutam para garantir o direito à moradia e à própria vida. (Suave, et al. 2019, p.128)

A crise sanitária afetou diretamente a habitação a medida que aumentou o desemprego, a alta dos alimentos e demais itens e a diminuição de alguns auxílios, os despejos e a incapacidade de pagar aluguel, provocando adensamento domiciliar, condições precárias de moradia e aumento na população em situação de rua. No caso da população em situação de rua, na cidade de São Paulo, houve crescimento de 31% nos últimos dois anos, atualmente há 31.884 pessoas vivendo nas ruas da maior capital brasileira. Para compreender essa realidade podemos analisar que das 645 cidades do estado de São Paulo quase 70% delas possuem população inferior a população em situação de rua da capital. Famílias vivendo em barracas, moradia improvisada, tiveram um crescimento de 330% em 2021 em comparação com os dados de 2019. O Prefeitura de São Paulo, no recenseamento, identificou 6.778 pontos de barracas improvisadas. (CNN Brasil, 2022)

A pandemia de COVID-19 ainda terá impactos de médio e longo prazo nas cidades e surge a necessidade de definir ações para o enfrentamento desse novo contexto, o que ressalta ainda a importância de se discutir e planejar cidades inclusivas e com acesso a moradia adequada. Devemos priorizar a melhoria das condições de moradia em especial das famílias em vulnerabilidade, ampliar a oferta de terras urbanizadas, com serviços de saneamento e acesso ao transporte público por exemplo, pois a real dimensão dos impactos sobre a moradia e as taxas ainda estão em constante transformação e a demanda por habitação deve aumentar nos próximos anos.



3. RESULTADOS

O município de Campo Magro localizado na região geográfica imediata de Curitiba, Figura 1, possui uma história rica e diversificada, influenciada por fatores históricos, geográficos e socioeconômicos. As origens históricas de Campo Magro remontam ao período das explorações auríferas no sertão de Curitiba a mais de três séculos (Veiga Lopes, 2005). Durante esse período, a região testemunhou uma intensa atividade de colonização e povoamento, impulsionada pela busca por ouro. No entanto, com o declínio da mineração, o tropeirismo emergiu como uma atividade econômica dominante na área, deixando sua marca na história local (Silva, 2010).

Do ponto de vista geográfico, Campo Magro está situado em uma área de transição entre a Floresta Ombrófila Mista e a estepe subtropical, conferindo-lhe uma diversidade ambiental significativa (IBGE, 2020). A topografia do município é caracterizada por colinas suaves e vales profundos, com rios e riachos que desempenham um papel crucial na vida da população local, fornecendo água para consumo, agricultura e atividades industriais (Prefeitura Municipal de Campo Magro, 2018).

Em termos de demografia, Campo Magro possui uma população heterogênea, composta por descendentes de colonos europeus, migrantes de outras regiões do Brasil e comunidades indígenas remanescentes (IBGE, 2020). Essa diversidade cultural se reflete nas tradições, na culinária e nas festividades locais, contribuindo para a riqueza cultural do município (Santos, 2017).

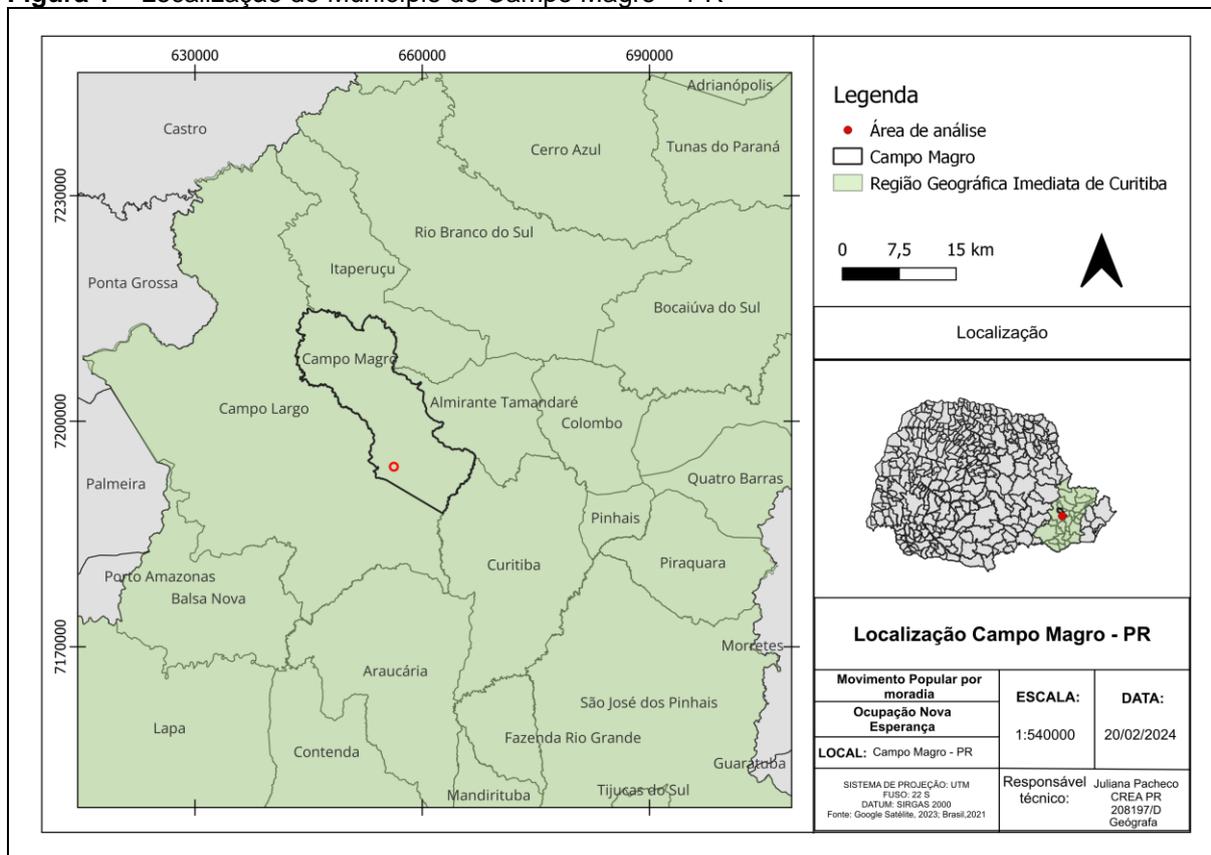
O município possui densidade demográfica de 109,84 habitantes / km² sendo que, segundo o censo 2022, a população do município é de 30.160 habitantes. Os dados de 2010 do município, revelam que Campo Magro possui 76,68% de taxa de urbanização, nesse mesmo censo, o município apresentava 906 imóveis alugados, 468 imóveis cedidos e 46 imóveis em outras condições, de um universo de 7.406 imóveis no total, sendo que 5.986 eram próprios. (IPARDES, 2024)

Ainda de acordo com os dados do censo de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) estava em 0,701 o que é considerado alto. Outro dado relevante é que a renda per capita em 2010 era de R\$ 567,04, que em comparação com Curitiba era de R\$1.536,39 nesse mesmo ano (IPARDES, 2024)

Apesar de sua história rica e de seus recursos naturais abundantes, Campo Magro enfrenta uma série de desafios socioeconômicos. A falta de infraestrutura básica, como saneamento e transporte público adequados, é uma preocupação constante para os moradores (Prefeitura Municipal de Campo Magro, 2018). Além disso, a pressão sobre os recursos naturais, decorrente da expansão urbana desordenada e da atividade agrícola intensiva, representa uma ameaça à sustentabilidade ambiental do município (Silva, 2010).



Figura 1 – Localização do Município de Campo Magro – PR



Fonte: Brasil, 2021.
Notas: Org. Pacheco

A área da ocupação trata-se de uma área pública situada na região próxima ao centro de Campo Magro, localizada na porção noroeste da Região Metropolitana de Curitiba, essa área foi doada à Fundação de Ação Social (FAS) em 1984, sendo que a fundação é responsável pela gestão da Política de Assistência Social do Município de Curitiba. (UFPR, 2021)

Durante a gestão da FAS a área estudada, conhecida na região como Fazenda Solidariedade, desempenhou um papel de referência como local de reabilitação para dependentes químicos e moradores em situação de rua. Durante esse período, a fazenda ofereceu uma variedade de atividades destinadas a promover a reintegração social dos indivíduos assistidos, incluindo agricultura, carpintaria e produção de alimentos, no período de 1984 a 2009. (UFPR, 2021)

Com o encerramento das atividades em 2009 a área da propriedade permaneceu desocupada, a propriedade possui área equivalente a 142 campos de futebol, ou seja,



1.020.000,66m². A área foi ocupada pela organização do Movimento Popular por Moradia (MPM) em meados de maio de 2020 com a chegada das primeiras famílias. (UFPR, 2021)

O Movimento Popular por Moradia (MPM) é a organização de trabalhadores sem-teto empenhados na promoção da reforma urbana e na busca por soluções para a problemática habitacional. (MPM, 2014)

Figura 2 – Perfil Populacional – Nova Esperança



O MPM realizou um cadastramento das famílias que chegavam a área ocupada entre os meses de setembro e outubro de 2020 e foram cadastradas aproximadamente 1,5 mil famílias. Dentre as motivações, os dados demonstram que, decorrente as dificuldades financeiras que se estabeleceram com a pandemia, essas famílias enfrentavam dificuldades de manter sua moradia, o ônus excessivo com o aluguel era uma fator expressivo. (UFPR, 2021)

Conforme os dados apresentados pelo MPM referente ao perfil das famílias 52% dos responsáveis pelo domicílio eram do gênero masculino e 48% feminino. Outro aspecto relevante é a presença de imigrantes: 26% das famílias são de origem Haitiana, totalizando quase 1,8 mil imigrantes haitianos. Foram ainda identificadas famílias de origem Venezuelana e Cubana, o que representa que aproximadamente 1/3 dos chefes de domicílios são estrangeiros.

Cabe destacar que, do total de famílias cadastradas em 2020, 62% dos responsáveis pelo domicílio possuem idade igual ou inferior a 39 anos.

Em relação a renda familiar identifica-se que 88% da famílias



cadastradas possuem renda acima de meio salário mínimo e 8% encontram-se em situação de extrema pobreza.

Fonte: UFPR, 2021

A partir da análise de Caminha (2018) as ocupações urbanas são um processo de resgate social de áreas desocupadas, constituindo uma resposta para diversas necessidades, que vão desde habitação até oportunidades de trabalho, lazer, expressão criativa e engajamento em lutas políticas e sociais. Essas ocupações representam formas de resistência em prol do direito à cidade e aspiram a garantir acesso equitativo à vida urbana, promovendo o uso coletivo de instalações e recursos públicos.

Ocupação urbana é viver em - ou usar - uma habitação, sem o consentimento do proprietário. Ocupantes tomam edifícios com a intenção de utilização a relativo longo prazo. Ocupação urbana pode ser diferenciada de ocupações em terrenos baldios. [...] O “relativo longo prazo” significa que a ocupação tem a intenção de fazer uso a longo prazo, porém não necessariamente pelas mesmas pessoas. De fato, em algumas ocupações os moradores mudam rapidamente. (Pruijt, 2013, p. 17 – 21)

Nessa perspectiva, Caminha (2018) pontua que as ocupações emergem como uma reação à espoliação e às condições injustas enfrentadas pelos trabalhadores, muitas vezes motivadas por movimentos sociais que destacam a dimensão política do espaço habitacional. Reconhecendo a máxima de que o pessoal é político, compreende-se que ao transformar o mundo ao nosso redor, também transformamos a nós mesmos, alterando nossas perspectivas internas para catalisar mudanças externas. Em outras palavras, é imperativo que cultivemos nosso papel como agentes ativos - ou como "arquitetos rebeldes", como alguns descrevem - para efetuar mudanças tanto no cotidiano quanto no ambiente físico que habitamos.

Pruijt (2013) ressalta o potencial das ocupações para capacitar as comunidades e promover uma "liberação cognitiva" entre os ocupantes. No cenário contemporâneo, as ocupações urbanas representam, portanto, formas emergentes de luta que ainda carecem de estudos aprofundados, justificando assim nossa pesquisa, que busca investigar sua relevância e posicionamento no contexto urbano, considerando sua resposta à distribuição desigual de serviços e recursos na cidade.

Maricato pontua que essa ocupações compões “um processo de urbanização/industrialização baseado em baixos salários e [...] de uma tradição de especulação fundiária alimentada por investimentos públicos regressivos e concentrados, além de uma legislação, cuja forma de aplicação exclui e segrega” (Maricato, p.155, 2013)

O ponto central dos movimentos de ocupação reside na contestação da legitimidade da prática de deixar propriedades privadas abandonadas, uma vez que estas poderiam estar sendo empregadas de alguma maneira, cumprindo uma função social. Argumentam que o direito ao uso deve ser considerado prioritário em relação à proteção da propriedade privada como um mero ativo de troca. No entanto, muitas ocupações vão além dessa questão,



também criticando a especulação inerente ao sistema capitalista, percebendo a especulação urbana como uma de suas formas de manifestação. (Caminha, 2018)

A ocupação possibilitou uma alternativa de acesso a moradia a uma parcela da população com dificuldades financeiras decorrentes a pandemia.

No início do ano de 2020, conforme demonstrado na Figura 2, a área de estudo encontrava-se próxima a mancha urbana, caracterizando-se predominantemente por um uso rural. Nesse contexto, a região carecia de acesso viário, infraestrutura básica e disponibilidade de equipamentos comunitários, serviços e estabelecimentos comerciais. A ausência desses elementos fundamentais reflete a precariedade do desenvolvimento urbano de áreas ocupadas, evidenciando que haverá necessidade de intervenções para promover sua integração adequada ao contexto urbano e a garantia de acesso e bem-estar dos seus habitantes.

Figura 3 - Área de análise período anterior a ocupação abril de 2020 – Campo Magro - PR



Fonte: Google Earth, 2020.

Notas: Org. Pacheco

Conforme evidenciado na Figura 3, é possível realizar uma comparação entre a área antes da ocupação e o cenário posterior, conforme ilustrado na Figura 4(A). Esta última demonstra uma ocupação rápida, porém, de certa forma, organizada. Na Figura 4(A), podem ser identificadas as moradias emergentes e até mesmo um esboço inicial de arruamento, indicando uma ocupação que ocorreu de maneira relativamente ordenada. É relevante destacar que essa ocupação teve início em maio de 2020, conforme indicado. Essa rápida transformação do espaço sugere a urgência e a necessidade que refletimos sobre a emergência habitacional e a necessidade de soluções habitacionais a longo prazo,



mesmo diante das limitações e dos desafios urbanos enfrentados. Em relação a Figura 4 (B) três anos após o início da ocupação podemos identificar um aumento pontual da ocupação.

Figura 4 – Área de análise Novembro de 2020 (A) e Novembro de 2023 (B) – Campo Magro - PR



Fonte: Google Earth, 2020; 2023.
Notas: Org. Pacheco

A apropriação de imóveis e espaços por meio de ocupações políticas implica na reconfiguração dos estilos de vida, buscando uma forma alternativa de existência que valorize mais o uso dos recursos do que sua troca comercial. Essas ocupações representam não apenas uma resistência direta à desigualdade social gerada pela instituição da propriedade privada, mas também uma forma indireta de oposição em diferentes esferas sociais, através da prática da autogestão, solidariedade e crítica à repressão (Caminha, 2018).

Após um período de três anos marcado por intensas disputas com várias entidades, incluindo a Prefeitura Municipal de Campo Magro, o Governo do Paraná e a Fundação de Ação Social de Curitiba, a ocupação Nova Esperança já não possui ameaça de reintegração de posse. Em 2023 a comunidade possuía cerca de 5 mil moradores, 1,2 mil famílias (Carrano, 2023).

Segundo relato do coordenador do MPM em entrevista ao jornal Brasil de Fato em 13 de agosto de 2023 relatou que

"O povo agora pode dormir tranquilo, sem o medo de o trator derrubar as casas", inicia a conversa Valdecir Ferreira, o Val, da coordenação do Movimento Popular por Moradia (MPM), organização responsável pela ocupação. "A questão agora é como vai ser o processo de regularização", diz ele sobre essa área pública do estado do Paraná. (Carrano, p.1, 2023)

A reorganização do espaço se dá via um constante processo de incorporação de novas áreas. Desse modo, o espaço urbano, a densificação do uso do solo, a renovação



urbana e a distribuição desigual da infraestrutura para determinadas áreas da cidade são práticas complexas da ação dos agentes sociais. (Corrêa, 2004)

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação dos agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradição e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. (Corrêa, 2014, p. 43)

Na compreensão de Corrêa (2004; 2018) os agentes sociais da produção espacial que estão inseridos no tempo em que organizam e reorganizam a cidade são os proprietários dos meios de produção; proprietários fundiários; promotores imobiliários; o Estado e os grupos excluídos.

Pode-se observar esta situação também nas periferias, em especial de grandes cidades, pela contínua transformação do rural em urbano, o que tem por característica principal o embate entre as demandas habitacionais e de terras entre o agrícola e o urbano e de que maneira esta transformação se desenrola no espaço necessário para as cidades. (Corrêa, 2004)

E uma dessas frações são os grupos sociais excluídos, que tem na habitação um dos bens cujo acesso é seletivo, ou seja, grande parte da população não tem acesso, nem para aquisição, nem para locação; o que indiretamente também tem consequências na saúde, educação e alocação destas pessoas no mercado de trabalho. Os grupos sociais excluídos são atores que tem por moradia residências velhas, subdivididas entre várias famílias, habitações autoconstruídas na periferia e conjuntos construídos e disponibilizados pelo Estado, além da moradia em comunidades e favelas. (Corrêa, 2004)

As ocupações representam uma forma de resistência e protesto ao modelo capitalista instituído ao redor da moradia, nas quais as famílias que de alguma forma enfrentam dificuldades optam por ocupar esses espaços para suprir suas necessidades habitacionais. As ocupações muitas vezes são motivadas pela falta de alternativas viáveis de acesso a moradia, ou são resultados da especulação imobiliária que resulta em valores elevados, ou até mesmo pela carência de políticas públicas adequadas para a garantia do acesso a moradia.

Nesse contexto, as ocupações são frequentemente organizadas de forma autônoma e estabelecem regras internas de convivência. São tanto espaço de abrigo para as famílias que necessitam quanto espaços de resistência política e social.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação Nova Esperança em Campo Magro, no Estado do Paraná, emerge como um exemplo tangível das batalhas travadas em prol da garantia do direito à moradia e à cidade. Este estudo proporcionou uma visão dos obstáculos enfrentados pelas famílias em condições de vulnerabilidade, especialmente durante o contexto desafiador da crise sanitária provocada pela Covid-19. A utilização de imagens de satélite permitiu a análise do desenvolvimento da ocupação, para compreender a complexa dinâmica socioespacial envolvida nesse processo.

Além disso, a ocupação Nova Esperança destaca a importância de políticas públicas efetivas de habitação, que atendam às demandas das classes populares e promovam a inclusão social e urbana. A reflexão sobre a ocupação e seus desafios também ressalta a necessidade de repensar o planejamento urbano, visando uma cidade mais justa, igualitária e sustentável para todos os seus habitantes.

Por fim, a ocupação Nova Esperança transcende sua condição meramente habitacional, tornando-se um símbolo de resistência e luta por direitos fundamentais. Que este estudo possa contribuir para ampliar o debate em torno das questões habitacionais e urbanas, inspirando ações e políticas que promovam a dignidade e o bem-estar de todos os cidadãos, independente de sua condição socioeconômica.

5. REFERÊNCIAS

CAMINHA, J. V. Sobre as ocupações urbanas e suas potencialidades como comum. **Anais** 2018. XV Colóquio Internacional de Geocrítica Las ciencias Sociales y la edificación de una sociedade post-capitalista. Barcelona, 2018.

CARRANO, P. Comunidade Nova Esperança (PR): depois da tempestade, a conquista. **Jornal Brasil de Fato**, 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2004.

IBGE. (2020). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Campo Magro**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em

IPARDES. **Caderno Estatístico do Município de Campo Magro**. Paraná, 2024.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**: Planejamento urbano no Brasil, ED. Vozes, Petrópolis, 2013.

MARICATO, Ermínia. Apresentação. In: ROYER, L. D. O. **Financeirização da política habitacional**: limites e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2014.

MPM. **Quem somos**. 2014. Disponível em: <<https://mpmcuritiba.wordpress.com/#comments>>. Acesso em: 21 de jan. 2024.

OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES. **Mapeamento Colaborativo das Remoções**. Projeto coordenado pelo LABCIDADE da FAU USP em parceria com o LABJUTA-UFABC. São



Paulo: 2022. Disponível em: < <http://www.labcidade.fau.usp.br/mapa-denuncias/>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ONU. **Plano de resposta à COVID-19 do ONU-Habitat**. Brasil: ONU Habitat, abril 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. **Plano Diretor de Campo Magro. Campo Magro**, PR, 2018.

PRUIJT, Hans. Squatting in Europe. In: **SQUATTING EUROPE COLLECTIVE**. Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles. Nova York: Autonomedia, 2013. P. 17-60.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10^a ed. São Paulo: Contexto, 2017.

Santos, A. B. (2017). Diversidade Cultural e Identidade: Reflexões sobre Campo Magro. **Revista Geográfica de América Central**, 1(59E), 211-227.

Silva, J. M. **As Transformações Socioeconômicas e Ambientais em Campo Magro: Um Estudo de Caso**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

TRINDADE, T. **A pandemia que escancarou nossa questão urbana**. São Paulo: Carta Capital, 1 de mai. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/a-pandemia-que-escancarou-nossa-questao-urbana/>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

Veiga Lopes, J. C. **História de Campo Magro: Das Origens aos Dias Atuais**. Curitiba: Editora da UFPR, 2005.

VOLOCHKO, D. **A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano**. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Org.) A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2018. p. 97-121.